



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira		IBovespa nos últimos dias				Na segunda-feira		Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,2%		173.825				R\$ 5,089		R\$ 1.621	R\$ 5,811	14,15%	14,06%	Fevereiro/2026 0,70
São Paulo		15/7 16/7 17/7 20/7				(- 0,42%)						Março/2026 0,88
0,59%												Abril/2026 0,67
Nova York												Maió/2026 0,58
												junho/2026 0,16

TARIFAÇO

Governo evita embate com EUA e tenta saídas internas

Às vésperas da entrada em vigor da sobretaxa de 25% sobre produtos brasileiros, Planalto articula apoio a setores afetados. A prioridade será a utilização de instrumentos de menor custo fiscal, como linhas de crédito e garantias

» RAFAELA GONÇALVES
» ARMANDO HOLANDA
» RAPHAEL PATI

Entra em vigor, amanhã, a tarifa adicional de 25% imposta pelo presidente norte-americano Donald Trump sobre produtos brasileiros. Por enquanto, o governo não fala em medidas de reciprocidade, preferindo o caminho da articulação com o setor produtivo brasileiro para reduzir os prejuízos às empresas que expotam para os Estados Unidos.

Embora enxergue pouco espaço para uma reversão imediata do tarifaço, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende manter abertos os canais de diálogo com Washington e evitar um confronto direto com Trump diante da escalada das tensões comerciais entre os dois países.

A avaliação no Palácio do Planalto é de que uma reação mais incisiva, especialmente no campo político, poderia fortalecer a narrativa defendida pelo senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e por aliados da Casa Branca às vésperas das eleições presidenciais no Brasil. Integrantes do governo afirmam que qualquer embate público tende a ser explorado pelo bolsonarismo como um elemento de polarização eleitoral, deslocando o foco dos impactos econômicos das tarifas.

Nos bastidores, a orientação é separar o debate comercial da disputa política. Interlocutores do governo afirmam que a prioridade é impedir que o tema seja transformado em um embate ideológico entre Lula e Trump, preservando espaço para negociações técnicas conduzidas pelos canais diplomáticos já existentes.

Embora a ordem seja a de não escancarar o confronto, o próprio presidente Lula não deixa de estocar, nos eventos públicos, a família Bolsonaro. Foi o que fez ontem, na convenção do PDT, que sacramentou o apoio da legenda à sua reeleição.

Divulgação/MDic



Para manter o debate apenas no campo comercial, o ministro Márcio Rosa, do Mdic, coordena as rodadas de negócios com empresários locais

Rodadas de negócios

A estratégia do governo será concentrar esforços em negociações diplomáticas e em medidas para reduzir os impactos econômicos do tarifaço. Entre as prioridades estão novas rodadas de consultas com os setores produtivos afetados, a construção de mecanismos de apoio interno e a busca por mercados alternativos capazes de absorver parte das exportações brasileiras que perderem competitividade nos Estados Unidos.

A estratégia combina reuniões com representantes da indústria e do agronegócio, a elaboração de um pacote de apoio e a busca por novos mercados para as exportações brasileiras. Japão, Canadá e Emirados Árabes Unidos estão no radar. Também há expectativa de intensificar conversas com países da Ásia e do Oriente Médio

A rodada de encontros é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e reúne os segmentos mais expostos ao mercado norte-americano. A intenção é mapear os efeitos da sobretaxa sobre a produção, o emprego e os contratos de exportação, além de identificar quais instrumentos de apoio poderão ser acionados para minimizar os impactos.

A nova tarifa deverá atingir, aproximadamente, 3 mil produtos brasileiros. Pelos cálculos do governo, a medida alcança cerca de 18% das vendas do Brasil para os Estados Unidos, o equivalente a US\$ 7,2 bilhões em exportações.

Enquanto o diálogo com o setor privado avança, a equipe econômica trabalha em diferentes frentes. Uma delas é ampliar o acesso a linhas de financiamento e mecanismos de garantia para empresas

exportadoras por meio do Plano Brasil Soberano. Outra, é acelerar iniciativas de diversificação de mercados, reduzindo a dependência de segmentos que têm os Estados Unidos como principal destino comercial.

“O governo tem como prioridade atender e apoiar os setores atingidos por essa tarifação injusta, indevida e ilegal. Esses setores poderão contar com o apoio do governo federal por diferentes meios, incluindo a diversificação de mercados”, destacou o ministro da Indústria, Márcio Elias Rosa em entrevista coletiva na qual o governo falou sobre o assunto, na semana passada.

Especialistas, no entanto, avaliam que essa estratégia tende a amenizar apenas parte dos prejuízos, já que a substituição de destinos comerciais exige tempo e custos adicionais. “O

redirecionamento das exportações pode amortecer parte das perdas, mas envolve custos logísticos, contratuais e descontos nos preços”, afirma o economista-chefe da Blue3 Investimentos, Roberto Simioni.

O cenário pode se tornar ainda mais desafiador. O governo acompanha a expectativa de que Washington anuncie, na sexta-feira, uma nova tarifa adicional de 12,5%, resultado de uma investigação sobre supostas falhas na fiscalização de produtos relacionados ao trabalho forçado. Caso a medida seja confirmada, parte das exportações brasileiras poderá enfrentar uma sobretaxa acumulada de até 37,5%.

Nos bastidores, integrantes do governo reconhecem que o espaço para uma negociação direta com a administração norte-americana é reduzido neste momento. A

avaliação é de que o canal diplomático permanece praticamente paralisado, levando o Planalto a concentrar esforços na construção de medidas internas para amortecer os efeitos das restrições comerciais.

Embora mantenha a Lei da Reciprocidade Econômica entre as alternativas disponíveis, o governo evita estabelecer prazo para uma eventual reação. A orientação é preservar esse instrumento para um momento considerado mais oportuno, mantendo, por ora, a prioridade na interlocução com o setor produtivo e na mitigação dos impactos econômicos.

Pressão fiscal

A equipe econômica trabalha para concluir um pacote de apoio, mas procura calibrar as medidas de forma a evitar novos impactos relevantes sobre as contas públicas.

A tendência é de que o programa seja mais enxuto do que o lançado anteriormente, de R\$ 15 bilhões. Em vez de subsídios amplos, a prioridade deverá recair sobre instrumentos de menor custo fiscal, como linhas de crédito, garantias e reforço a mecanismos já existentes de financiamento às exportações.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a ampliação do socorro será feita com responsabilidade nas contas públicas e garantiu a manutenção dos compromissos fiscais assumidos pelo governo antes do tarifaço. “O objetivo do governo é preservar a trajetória fiscal, cumprir as metas econômicas e reduzir impactos sobre os setores produtivos eventualmente afetados”, ressaltou.

Com a entrada em vigor das tarifas e a possibilidade de novas barreiras comerciais ainda nesta semana, o governo corre contra o tempo para estruturar uma resposta que preserve a competitividade das exportações brasileiras sem comprometer o delicado equilíbrio fiscal.

Nobel de Economia defende o Pix

O economista norte-americano Paul Krugman, Prêmio Nobel de 2008, criticou a decisão do governo dos Estados Unidos de investigar o Pix e impor tarifas ao Brasil com base na Seção 301 da Lei de Comércio. Em artigo publicado ontem no Substack, ele afirmou que não há justificativa para classificar o sistema brasileiro de pagamentos instantâneos como uma prática comercial desleal e argumentou que a reação de Washington representa uma tentativa de punir uma inovação bem-sucedida.

Segundo Krugman, o Pix se consolidou por oferecer transferências gratuitas para pessoas físicas e de baixo custo para empresas, o que explica sua ampla adoção entre os brasileiros. Para o economista, a perda de espaço de meios de pagamento tradicionais, como cartões de crédito e débito, decorre da eficiência do sistema, e não de qualquer vantagem indevida concedida pelo governo brasileiro.

“O Pix é essencialmente uma versão digital do real, a moeda do Brasil”, escreveu Krugman. Na avaliação dele, o sistema funciona como uma forma digital de dinheiro oficial e se aproxima do conceito de moeda

digital de banco central. O economista citou relatório do Federal Reserve de 2022, segundo o qual uma moeda digital emitida por uma autoridade monetária seria “análoga a uma forma digital de dinheiro em papel”.

O Nobel também rebateu o argumento de que a obrigatoriedade de oferta do Pix pelos bancos brasileiros configuraria uma vantagem competitiva desleal. Para ele, a exigência é semelhante à obrigação de instituições financeiras aceitarem a moeda oficial de um país. “Essa exigência é fundamentalmente semelhante à exigência de que todos os bancos dos EUA aceitem notas de dólar como depósitos e as distribuam mediante solicitação”, afirmou.

Na análise, Krugman avaliou que os principais prejudicados pelo avanço do Pix são empresas privadas de meios de pagamento, como Visa e Mastercard, que perderam espaço com a popularização do sistema brasileiro. O economista questionou se a perda de mercado por oferecerem um serviço mais caro poderia ser considerada uma prática comercial injusta. “Desde quando é prática comercial desleal uma empresa

perder clientes para um concorrente que oferece um produto melhor e mais barato?”, questionou.

O economista afirmou ainda que parte da resistência ao Pix estaria relacionada a preocupações de empresas de pagamentos e do setor de criptomoedas com o avanço de sistemas públicos de pagamento. Segundo ele, iniciativas como o Pix demonstram que moedas digitais oficiais podem reduzir a demanda por alternativas privadas, como stablecoins.

Krugman também criticou a oposição de setores republicanos à criação de um dólar digital nos Estados Unidos. Na avaliação dele, o receio não estaria relacionado ao funcionamento da tecnologia, mas ao potencial de sucesso de uma alternativa pública capaz de competir com produtos privados.

“Os defensores dessa proibição alegavam ter preocupações sobre como uma moeda digital emitida por um banco central funcionaria. Mas é óbvio que sua verdadeira preocupação é que ela funcione bem demais”, escreveu.

Na comparação internacional, o economista citou a experiência

brasileira como um contraste com a tentativa de El Salvador de estimular o uso do Bitcoin como meio de pagamento. Segundo ele, enquanto o Pix se tornou uma ferramenta amplamente utilizada pela população, a criptomoeda não conseguiu se consolidar como meio de pagamento no país centro-americano.

Para Krugman, a ofensiva contra o sistema brasileiro segue uma lógica semelhante à postura do governo Donald Trump em relação às energias renováveis. O economista argumentou que, em ambos os casos, grupos de interesse pressionariam contra avanços que poderiam reduzir o espaço de setores estabelecidos.

“Vemos atores políticos reféns de interesses particulares — criptomoedas quando se trata de dinheiro, combustíveis fósseis quando se trata de energia — que alegam favorecer o progresso tecnológico, mas gritam ‘não assim’ quando uma tecnologia superior não leva a economia para onde eles querem”, afirmou.

Ao analisar os efeitos da tarifa sobre produtos brasileiros, Krugman avaliou que a medida terá alcance limitado. Politicamente,

Divulgação CNSeg



Desde quando é prática comercial desleal uma empresa perder clientes para um concorrente que oferece um produto melhor e mais barato?

Paul Krugman, vencedor do Prêmio Nobel de 2008

segundo ele, a decisão pode fortalecer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No campo econômico, afirmou que Washington enfrenta dificuldades para ampliar barreiras comerciais sobre produtos como café, suco de laranja e carne bovina, devido ao risco de aumento dos preços ao consumidor americano.

“Usar tarifas para punir o Brasil por suas conquistas monetárias não terá sucesso”, escreveu. Para o economista, a medida representa uma tentativa de conter avanços tecnológicos por meio de barreiras comerciais, mas tende a produzir efeitos restritos. (RG)